

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 8, de 2018 (Mensagem nº 100/2018, na Casa de origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora VIVIAN LOSS SANMARTIN, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Cameroun e, cumulativamente, na República do Chade.*



SF/18509.76826-46

Relator: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta Casa legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Chefe do Poder Executivo faz da Senhora VIVIAN LOSS SANMARTIN, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Cameroun e, cumulativamente, na República do Chade.

II – ANÁLISE

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), em razão de preceito regimental, a indicada é

filha de Zeniro José Sanmartin e de Maria Edi Loss Sanmartin, e nasceu em Porto Alegre – RS, em 12 de maio de 1965.

Graduou-se em Letras, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 1990 e concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1993, após o quê ingressou na carreira diplomática no posto de Terceiro Secretário. Ainda no âmbito do Instituto Rio Branco, realizou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, em 2003; e o Curso de Altos Estudos, em 2009, quando apresentou tese intitulada “A terceira nacionalização do setor de hidrocarbonetos na Bolívia: repercussão sobre a integração gasífera no Cone Sul e a atuação diplomática brasileira na região”.

Em 2007, ascendeu ao posto de Conselheira e, em 2010, ao de Ministra de Segunda Classe.

Na carreira exerceu, entre outros, os seguintes cargos: Terceira e Segunda-Secretária na Embaixada em Moscou, onde foi chefe dos setores cultural e de imprensa, entre 1997 e 1999; Segunda-Secretária na Missão junto à Comunidade Econômica Europeia, em Bruxelas, de 1999 a 2003, onde foi responsável pelos setores de política interna e externa da União Europeia e pela coordenação das relações América Latina e Caribe-União Europeia; Segunda e Primeira-Secretária na Embaixada em Assunção, onde foi Chefe de Gabinete do Embaixador, chefe do setor econômico e de Mercosul, entre 2003 e 2006; Chefe da Divisão de Recursos Energéticos Não-Renováveis, de 2007 a 2008; Conselheira na Embaixada em Buenos Aires, de 2008 a 2012, onde foi chefe do setor de energia e chefe do SECOM; e Ministra-Conselheira na Embaixada do Brasil em Viena, de 2012 até o presente, onde tem exercido as funções de Chefe da Chancelaria e responsável pela coordenação dos setores de administração, de política interna e externa; cultural e de educação; de imprensa; consular; SECOM e dos temas multilaterais acompanhados pelo posto junto aos escritórios das Nações Unidas com sede em Viena, bem como junto à Academia Internacional Anticorrupção (IACA) e à organização Energia Sustentável para Todos (SEforAll).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre as repúblicas do Cameroun e do Chade. O documento apresentado dá notícia histórica do relacionamento bilateral entre Brasil com os dois países, bem como oferece amplo leque de informações sobre o país, com destaque para as relacionadas com o intercâmbio comercial entre o Brasil e esses Estados.



A República do Cameroun possui área de 475.440 km² e população de 24,99 milhões de habitantes. Tem como línguas oficiais o inglês e o francês. Seu produto interno bruto (PIB) por poder de compra, em 2016, foi de 84,7 bilhões de dólares. Esse valor lhe propicia PIB per capita (por poder de compra) de 3.391 dólares. Seu índice de desenvolvimento humano (IDH) está em 0,518, o que o coloca na posição 153 em 188 países. Seu índice de alfabetização é de 80,57%.

O país é banhado pelo Atlântico a oeste e compartilha fronteiras com a Nigéria, o Chade, a República Centro-Africana, a República do Congo, o Gabão e a Guiné Equatorial. O país tem ganhado importância geopolítica com a escalada das tensões na vizinha República CentroAfricana, mormente para os países contribuintes de tropas para a Missão de Paz da ONU (MINUSCA), que forçosamente farão uso do território camerounês para o deslocamento de seus militares.

Historicamente estável, o Cameroun convive hoje com alguns fatores de instabilidade, como a atuação do grupo terrorista Boko Haram no norte e as demandas secessionistas de duas regiões anglófonas, situadas no noroeste do país. Nos últimos meses, a tensão vem crescendo nas regiões anglófonas do Cameroun, com diversas greves, protestos e prisões de líderes independentistas. A população anglófona do país queixa-se de marginalização e opressão, o que a torna o maior reduto da oposição. O Grande Norte (regiões de Adamaoua, Norte e ExtremoNorte) do país é, por sua vez, a área que mais sofre com os ataques do grupo Boko Haram, cuja base está na Nigéria. Para fazer face a esse desafio, Cameroun, Nigéria, Níger e Chade constituíram a Força Tarefa Conjunta Multinacional, atuando, assim, de maneira coordenada no combate ao terrorismo.

O Brasil reconheceu a independência do Cameroun em 1960 e, em 1982, inaugurou sua Embaixada em Iaundê. Em 1984, o Cameroun, por sua vez, abriu sua Embaixada em Brasília. Restrições orçamentárias levaram, contudo, o governo brasileiro a desativar, em 1999, sua representação na capital camerounesa. A partir de meados dos anos 2000, novo impulso ao relacionamento bilateral foi dado. Em janeiro de 2005, realizou-se visita do então ministro das Relações Exteriores Celso Amorim a Iaundê. Em abril do mesmo ano, o então presidente Lula da Silva visitou o Cameroun, oportunidade em que a embaixada brasileira em Iaundê foi reaberta.

Os projetos de cooperação técnica com o Cameroun têm amparo legal no Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República



Federativa do Brasil e o Governo da República do Cameroun, assinado no dia 14 de novembro de 1972 e promulgado no dia 20 de setembro de 1973.

As relações em matéria de defesa entre o Brasil e Cameroun ainda estão em seu estágio inicial, mas apresentam boas perspectivas. A criação, em 2013, de Adidância Militar na Embaixada do Cameroun em Brasília representou demonstração clara do interesse do país em ampliar a cooperação com o Brasil no campo da Defesa.

O Governo camerounês vem manifestando clara preferência por diversificar sua cooperação internacional na matéria e evitar depender da associação com os parceiros tradicionais. A Marinha do Brasil, por sua vez, tem se mostrado disposta a considerar formas de apoiar os esforços do Governo do Cameroun para combater a pirataria marítima no Golfo da Guiné, prestando apoio técnico para a operacionalização do “Centro Regional de Coordenação da Luta contra a Pirataria no Golfo da Guiné (CIC)”, sediado no país.

O Cameroun é um dos países em situação de insegurança alimentar e nutricional beneficiados por doações de alimentos do governo brasileiro, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), previstas na Lei 12.429, sancionada em 20/06/2011, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para cooperação humanitária internacional.

Em 2012, o Brasil doou 3.550 toneladas de arroz, com valor total estimado em US\$ 2.241.276,08, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), em benefício de refugiados centro-africanos e cameruneses em situação de vulnerabilidade na região do Extremo Norte.

Há, ainda, atividades de cooperação nas áreas policial, educacional, jurídica, energética, cultural, esportiva e de serviços aéreos, além de empréstimos e financiamentos oficiais.

Com base nos dados estatísticos fornecidos pelo MDIC/SECEX-AliceWeb, nos últimos anos, o comércio bilateral entre Brasil e Cameroun passou por forte crescimento, entre 2003 e 2010, seguido de importante redução, entre 2010 e 2016. Em 2017, registrou-se crescimento expressivo do intercâmbio bilateral em relação ao ano anterior, cuja corrente total passou de US\$ 43,227 milhões para US\$ 94,626 milhões.



O saldo comercial é tradicionalmente favorável ao Brasil. No último triênio os superávits foram de: US\$ 65,670 milhões (2015); US\$ 41,108 milhões (2016); e US\$ 92,305 milhões (2017).

Na área de investimentos brasileiros no Cameroun, destaca-se a Andrade Gutierrez, empresa brasileira de construção instalada no Cameroun desde a década de 80, que tem participação histórica no país. Por meio de sua subsidiária portuguesa (ZAGOPE), a companhia participou da construção do aeroporto internacional de Iaundê, assim como de importantes obras rodoviárias. Nos últimos anos, a empresa vem procurando oportunidades de investimentos no setor de energia, onde se vislumbram grandes oportunidades.

Sobre a República do Chade, destaque-se o que se segue.

País da África Central, o Chade tem território de 1.284.000 km² e população de 14,45 milhões. Sem saída para o mar, compartilha fronteiras com a Líbia, o Sudão, a República Centro-Africana, o Cameroun, a Nigéria e o Níger. Ex-colônia francesa, o país tornou-se independente em 1960. Atualmente, dada a sua força militar, o Chade é visto pelas potências mundiais como importante aliado na luta contra o terrorismo no Sahel.

Na região do Lago Chade, o país sofre atualmente com a presença e os ataques do grupo terrorista Boko Haram, com sede na Nigéria. Para fazer face a esse desafio, Chade, Cameroun, Nigéria e Níger constituíram a Força Tarefa Conjunta Multinacional, atuando, assim, de maneira coordenada no combate ao grupo terrorista. O país também compõe a Força Conjunta G5 Sahel, formado por Chade, Burkina Faso, Mali, Mauritânia e Níger e voltada para o combate ao terrorismo e a crimes transnacionais na região do Sahel. Além disso, o país é lugar de origem e de passagem de migrantes que têm procurado atravessar o mar Mediterrâneo rumo à Europa. Governos europeus tem buscado cooperar com o governo chadiano para conter a atual crise migratória.

As relações diplomáticas entre o Brasil e a República do Chade foram estabelecidas em outubro de 1996, em caráter cumulativo com a Embaixada em Iaundê, Cameroun. Desde então, as relações vem se intensificando aos poucos, principalmente em decorrência da cooperação técnica no campo da cotonicultura.

Os projetos de cooperação técnica com o Chade têm amparo legal no Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o



Governo da República Federativa do Brasil e a Comissão da União Africana para Implementação de Projetos Inovadores de Cooperação Horizontal em Benefício do Desenvolvimento Sustentável da Cadeia do Algodão nos Países da África.

A importância do comércio bilateral é marginal para os dois países. Em 2012, a corrente de comércio entre eles alcançou seu maior patamar, US\$ 16,296 milhões. Desde então, houve uma redução significativa. Em 2016, a corrente de comércio totalizou US\$ 1,997 milhão e, em 2017, US\$ 822 mil. A pauta de comércio tem sido historicamente composta em sua quase totalidade por exportações brasileiras. Em 2016, por exemplo, não foram importados produtos chadianos. No ano passado, as exportações de carne de frango corresponderam a 96,9% do total exportado pelo Brasil. O Banco Central do Brasil não possui registro de fluxos de investimentos diretos bilaterais.

Sendo esses os principais aspectos a ressaltar sobre a indicação presidencial, nada mais pode ser aduzido em âmbito de Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

